
**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará- Brasil**



Edição Especial N.5. Jan./Abr./ 2019 p. 214-234

ISSN: 2237-0315

Dossiê: Linguagens e produções de sentidos como saberes culturais e práticas educativas

O uso do particípio em formações verbais no português do Baixo Tocantins

The use of the participle in verbal formations in the portuguese of Baixo Tocantins

Héllen Carla Cordeiro Cardoso

Denise Ramos Cardoso

Universidade Federal do Pará – UFPA

Belém-Pará-Brasil

Resumo

Este artigo investiga o uso do particípio na construção de tempo composto e voz passiva do português falado no Baixo Tocantins. Nele, objetivamos verificar a forma mais preponderante de particípio em formações verbais; a interferência de fatores linguísticos e extralinguísticos na opção do falante pela forma regular ou irregular do particípio; contrapor a norma gramatical com o uso do particípio em situações reais de fala. O *corpus* desta pesquisa é constituído de dados de duas naturezas, a primeira proveniente de entrevistas para caracterizar o uso do particípio na fala espontânea e a outra de testes de produtividade, por que desejávamos levantar o uso específico do particípio irregular. Ambos os métodos foram aplicados com 8 colaboradores de diferentes escolaridades, moradores da zona urbana e rural da região do baixo Tocantins. Nos resultados preliminares dos testes com os verbos e as formações verbais utilizadas, o uso do particípio mostrou-se predominantemente alternante, ou seja, os falantes alternam as formas regulares e irregulares de particípio em formação com voz passiva e tempo composto.

Palavras-chave: Verbos regulares e irregulares. Particípios. Norma e uso. Alternância;

Abstract

The current work deals the use of the participle in the construction of the compound tense and the passive voice of the spoken Portuguese language, in the Baixo Tocantins. Specifically we objective to observe the most preponderant form of the participle in the verbal constructions; the interference of the extralinguistic and linguistic factors in the optional choice of speaker by the irregular and regular form of the participle and to oppose the grammatical rules with the use of the participle in the real situations of speech. The corpus is the constitutive of data of two natures: the first, obtained through interviews, to characterize the use of participle in the spontaneous speech, and the second, obtained through of the productivity tests, because we wish to make the survey of the especific use of irregular participle. Both methodologies were apply in eight groups of students of different schoolings, residentes from rural and urban área in the municipality of Baixo Tocantins. In the preliminary results of the tests with verbs and the verbs and the used verbal formations, the use participle showed predominantly alternating, that is, the speakers alternant the irregular and irregular forms of the participle in formation with passive voice and compound tense.

Keywords: Irregular and regular verbs. Particples. Grammatical Rules use. Alternation

Introdução

A língua é um fenômeno em constante evolução, sofre mudanças que não se dão por necessidade e sim porque há possibilidade para que tais mutações ocorram, podendo, inclusive, espontaneamente não ocorrerem. Conforme aponta Costa (1996, p.1) “a língua não é uma entidade imutável, homogênea, que paira por sobre os falantes. Pelo contrário, todas as línguas vivas mudam no decorrer do tempo e o processo em si nunca para”. Nessa conjuntura, acreditamos que fenômenos extralinguísticos influenciam os fenômenos linguísticos e que geralmente transformam o modo de falar de uma comunidade.

Analisando essa situação, propomos uma pesquisa que estuda o uso do participípio em formações verbais do português falado no Baixo Tocantins, nordeste paraense. Pois a partir de algumas observações constatamos que os falantes dessa região estão optando por uma forma contrária de utilização do participípio nas formações verbais, ou seja, estes falantes evidenciam uma tendência ao uso do participípio irregular nos tempos compostos e do participípio regular na voz passiva, ao passo que, a gramática tradicional preconiza totalmente o contrário acerca da distribuição dessas formas verbais, isto é, o uso da forma regular no tempo composto e da irregular na voz passiva.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo verificar o uso dos participípios regulares e irregulares em formações verbais a partir dos dados de fala dos moradores nativos da região do Baixo Tocantins. Especificamente objetivamos analisar o fenômeno de substituição da forma regular do participípio pela forma irregular ou vice-versa, se a escolaridade dos falantes interfere na escolha por uma das formas; a provável intervenção de variáveis linguísticas e extralinguísticas que podem influenciar na aplicação da norma padrão de formação de tempos compostos e voz passiva nos dialetos do português falado na região.

A orientação teórico-metodológica desta pesquisa, para a coleta dos dados e constituição do *corpus*, toma como base de análise a Teoria da Variação Linguística ou Sociolinguística Quantitativa (cf. WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2004) que busca compreender a língua em sua realidade social para capturar o que interessa: a variação. O *corpus* para análise do fenômeno estudado neste artigo é constituído por uma amostra estratificada de 08 (oito) colaboradores, selecionados de acordo com sexo/gênero (04

do sexo masculino e 04 do sexo feminino), faixa etária (18-30 anos de idade), procedência (04 zonas urbana e 04 zonas rural) e escolaridade (ensino fundamental, ensino médio e ensino superior); com esses colaboradores foram feitas entrevistas com duração média de 50 minutos e com os mesmos foram aplicados testes de produtividade com 23 questões para levantar o uso específico do particípio irregular. Após as transcrições grafemáticas do *corpus*, realizamos a triagem dos dados, isto é, a retirada, de cada transcrição, dos períodos oracionais que continham as formas participiais verbais estudadas neste trabalho, para assim analisá-las no programa computacional GOLDFARB seguindo o modelo laboviano de análise.

Para entendermos as situações que daqui em diante serão analisadas, admitiremos como formações verbais participiais o arranjo de um verbo auxiliar e um verbo principal no particípio, subdividindo em tempos composto as formações com os auxiliares *ter* ou *haver* e em voz passiva as formações com os auxiliares *ser* ou *estar*.

1. Tempos compostos: *tenho estudado, haviam comprado*.

2. Voz passiva: *O Rosário foi bento pelo padre*.

A presente pesquisa está organizada em 3 unidades:

A primeira apresenta a revisão de literatura utilizada na fundamentação desta pesquisa e está dividida em três subtópicos. De início, trataremos sobre o particípio e sua evolução diacrônica a fim de auxiliar no entendimento da regra de formação de tempos compostos e voz passiva. No segundo, faremos abordagens acerca dos verbos auxiliares que ajudam a construir essas formações. No terceiro são apresentados alguns pontos de vista da gramática sobre as formações verbais participiais. Na segunda unidade, descreveremos detalhadamente a pesquisa. Trataremos sobre: a constituição da amostra retirada das entrevistas e dos testes de produtividade e logo em seguida apresentaremos a análise dos dados dessas duas fontes.

Ao final deste estudo, estão nossas considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

2.1 O Particípio

O particípio, em conjunto com o infinitivo e o gerúndio, constitui as chamadas formas nominais do verbo. Dentre elas, o particípio é a que mais oscila quanto a sua natureza categorial. Realiza-se, tanto em contextos próprios de verbos, como em

contextos característicos de formas nominais. Inclusive a denominação ‘particípio’ surgiu a partir desse comportamento dúbio, ou seja, é a forma que ‘participa’ de dois domínios distintos: verbal e nominal.

Para Câmara Jr. (1970, p. 93) “o *particípio* é a forma que se diferencia pelo aspecto enquanto o infinitivo apresenta uma forma mais indefinida do verbo e o gerúndio um processo inconcluso, o *particípio* apresenta aspecto conclusivo ou perfeito”. Perine (2009, p. 1) coloca o *particípio* do português do Brasil, doravante PB, como “uma forma bastante peculiar do sistema verbal,” pois, como ele diz, os *participios* “tendem a apresentar propriedades morfosintáticas e semânticas radicalmente distintas de outras palavras do lexema do verbo”.

O autor preconiza que o *particípio* verbal é o elemento de formação dos tempos compostos do PB, e são precedidos por um verbo auxiliar *ter* ou *haver*, sem plural com o final [-s], não tem flexão de gênero e possui a mesma valência para todas as formas do lexema – verbo auxiliar + *particípio*. Na sua forma regular da primeira conjugação, estrutura-se a partir da união entre o sufixo [-do] à vogal [-a], formando [-ado] após o radical do infinitivo, e o *particípio* regular dos verbos de segunda e terceira conjugação, que, ligado ao mesmo sufixo, a vogal [-i], forma [-ido] após o radical do infinitivo. Por exemplo:

- 1) a. A menina *falou* com a mãe.
b. A menina *tinha falado* com a mãe*
- 2) a. O barco *partiu* ontem.
b. O barco *tinha partido* ontem*

Um fato que chama atenção é o de que o *particípio* possui características peculiares que chegaram ao português por herança do latim, por isso, consideramos fundamental fazer um breve apanhado de sua evolução diacrônica, no intuito de entender como esta forma verbal transformou-se progressivamente através dos séculos, do latim para o português e como ocorreu a gramaticalização de verbos plenos para uma condição auxiliar no estabelecimento das formações verbais participiais. Mariza Mencialha de Souza estudou a diacronia do *particípio*. Vejamos o que ela diz:

O *particípio* latino era também uma forma ambivalente, que participava a um só tempo da natureza do verbo e do adjetivo. Sua natureza verbal residia no fato de poder, à semelhança do verbo, exprimir ações, possuir tempos e vozes e admitir complementos, ao passo que, enquanto adjetivo, sofria flexão de gênero, número, caso e grau. [...] e Suas formas empregadas para expressar tempo denominavam-se *participios* presente, passado e futuro. (SOUZA, s.d.).

Em latim, as três formas de particípio possuem atributivo ou predicativo, pois ora determinavam um substantivo, ora complementavam ou qualificavam um nome. Porém, cada tempo verbal apresentava-se com um sufixo e seguia o paradigma de uma classe de adjetivos, além de apresentar índole ativa ou passiva.

O particípio presente, similar a verbos das outras conjugações, unia o tema ao sufixo *-nte*, combinação que trouxe ao português muitos substantivos e adjetivos usados atualmente como, por exemplo: *estudante* e *amante*, bem como as preposições *durante* e *mediante*, as quais, segundo Dias (1953), eram empregadas como particípios numa oração com um sujeito. Apesar de as vezes ser usado como significação de verbo e em sentido equivalente ao do gerúndio, constantemente valia por adjetivo. De uso frequente na língua arcaica, o particípio do presente acabou por desaparecer.

Já os particípios do futuro, eram divididos em particípios de voz ativa e passiva no período mais clássico da língua, apresenta uma forma em *-doiro*, que era utilizado para traduzir o particípio do futuro latino, quer o ativo, quer o passivo ou gerúndio que resultaram hoje em nossa língua também como nomes, *vindouros*, *doutorando*.

O particípio passado, na língua latina, consistia em juntar o sufixo *-tus*, *-tas*, *-tum* ao tema, quer nos verbos vocálicos, quer nos consonânticos, mas nestes últimos era o *-t* frequentemente alterado em harmonia com a natureza da sua consoante final. Segundo Nunes (1989):

Não obstante pertencer a voz passiva e ser quase sempre usado com essa significação, o particípio do pretérito pode também, como em latim (cf. *cautus*, *scitus*, *potus*, etc) tomar por vezes sentido activo: *calado*, *sabido*, *viado* e etc. (NUNES, 1989, p. 153).

Outrossim, Souza [s.d.] afirma que:

O particípio passado era ainda empregado em latim, juntamente com o auxiliar (esse conjugado ou não, no caso do infinitivo perfeito passivo), para formar também a voz passiva dos verbos de ação acabada, que compreendiam os seguintes tempos e modos: perfeito, mais-que perfeito e futuro perfeito do indicativo; perfeito e mais-que perfeito do subjuntivo e infinitivo perfeito. (SOUZA, s.d.)

Além dos tempos verbais expostos, remetendo à natureza verbal do particípio, ele também era usado com valor de oração subordinada adjetiva relativa ou de oração subordinada adverbial, exprimindo modo, causa, concessão, condição, finalidade e tempo, sendo representantes da categoria de ablativo absoluto. Portanto, a partir desses

estudos depreendemos que a língua latina deixou para o Português um patrimônio muito rico no que diz respeito ao particípio, principalmente quanto á formação de voz passiva de verbos de ação encerrada através da união entre o auxiliar *esse* com o particípio passado.

Há também no português brasileiro a forma irregular do particípio, a qual ocorre em verbos abundantes que são aqueles que apresentam mais de uma forma verbal para expressar a mesma flexão, possuindo duas formas de particípio: uma em [-ado] ou [-ido],- regular, portanto; e outra reduzida, irregular: (aceitar: *aceitado/aceito*), e verbos com um único particípio irregular (*abrir/aberto*).

Lobato (1999) discute o fato da existência de duas formas de particípio passado para o mesmo verbo na morfologia verbal do português brasileiro (uma regular e outra irregular), como em *expulsado/expulso*, *pegado/pego*. A regular, portadora da vogal temática verbal de acento tônico, recebe o nome de *arrizotônica*, isto é, o acento tônico recai nas terminações, e não no radical; a irregular, que não utiliza a vogal temática verbal e o acento recai no radical, é denominada *rizotônica*.

2.2 Auxiliarização

Neste artigo, não abordamos somente o particípio, mas também os verbos auxiliares que compõem essas formações.

A Auxiliarização é um processo sintático através do qual uma forma verbal de caráter puramente lexical passa a desempenhar funções gramaticais, em um determinado momento da história da língua. Coelho (2006) preconiza que o processo de auxiliarização se constrói a partir da junção da forma auxiliar ao particípio passado com a finalidade de formar os tempos verbais do perfeito. “Denomina-se auxiliarização de temporalidade porque, ao se fundir com o auxiliado, o auxiliante passa a expressar um novo tempo, diferente daquele que, na condição de forma simples, ele expressava.” (COELHO, 2006 p. 75). O raciocínio proposto pela autora é explicado a partir de dois exemplos:

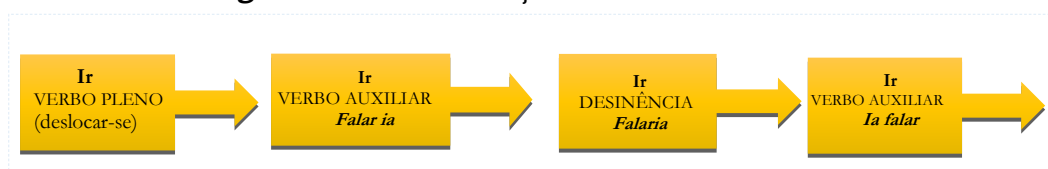
(7) Os alunos secundaristas têm provas toda semana.

(8) Os alunos secundaristas têm feito provas toda semana.

Para autora no exemplo (7), a forma verbal simples assinala o tempo presente. E em (8), torna-se auxiliar do particípio, pois une-se a ele gerando uma forma perifrástica passando a determinar um outro tempo: o pretérito perfeito, ocorrendo, portanto, um processo de gramaticalização.

A gramaticalização, a grosso modo, consiste no processo de produção de novos recursos gramaticais a começar por processamentos cognitivos, por parte dos falantes, obrigatórios aos recursos gramaticais já existentes. O fenômeno de transformação das formas é progressivo e incessante, posto que uma vez iniciada, não volta atrás e, portanto, não existe um processo de desgramaticalização, para exemplificar esse processo, nos utilizamos do exemplo de Bagno (2012) que esquematiza a gramaticalização do verbo *ir*:

Figura 1: Gramaticalização do Verbo *Ir*



Fonte: Bagno (2012, p. 606)

Bagno (2012, p. 606) afirma que formas plenas vão gradativamente transformando-se em formas presas, pois para ele a língua é um processo e nunca um produto, haja vista que ela sempre emerge de dentro de si mesma, por obra e graça dos falantes.

Partindo do pressuposto de que a gramaticalização é um processo diacrônico e de que o fenômeno da auxiliarização resulta da gramaticalização de uma forma lexical em uma forma gramatical, vale evocar a origem destes verbos (*ter/haver*) plenos em latim, que possuem de acordo com (TORRES, 1997, p. 340) dois campos semémicos nada estanques constatado pela viabilidade de apresentarem-se como sinônimos em alguns contextos: [...] se o verbo «habeo» se propaga em razoável leque de significações como *ter, possuir, manter, guardar, deter, tratar, considerar, realizar*, o «teneo» vai de *ter na mão, segurar, possuir, manter, deter, ocupar, tomar, até guardar, observar, obrigar*. Assim como no latim, estes verbos sucedem predominantemente em estruturas de posse, mesmo que assumindo, cada um deles, conceitos específicos, por exemplo, a princípio o verbo “aver” indicava posse e o verbo “teer” designava uma posse temporária ou a

posse de bens materiais adquiríveis. Estes, partilham o fato de ambos designarem a posse de bens materiais, concretos.

Mesmo possuindo funções análogas, era nítida a opção do falante pelo verbo *haver*, fato que se inverteu e foi sendo substituído gradativamente por seu concorrente, o verbo *ter*. Para além destas estruturas de posse, estes verbos ocorriam frequentemente em duas construções no português arcaico: “*aver*” e “*teer*” + *de* + infinitivo e “*aver*” e “*teer*” seguidos de *particípio* passado.

Mattos e Silva (2002) afirmam que desde de 1500 o verbo *ter* é mais usado do que o verbo *haver* em todos os contextos discursivos. De acordo com as autoras, quando o português começou a ser documentado, *haver* é o verbo lexical pleno para qualquer tipo de posse, porém no decorrer do tempo o verbo *ter* começa a se propagar e exclui *haver* dos contextos de posse, até mesmo na formação dos tempos compostos, um fenômeno presente até hoje no português brasileiro.

No estudo de Almeida (2006) acerca da formação das locuções ou perífrases verbais, a autora aponta que um dos fatores para gramaticalização de verbos é o fato de eles serem polissêmicos o que provocou mudanças semânticas responsáveis por este processo. Bem como, a concondância garante ao *particípio* características [+Adj] haja vista que o adjetivo concorda com o substantivo. Porém, quando o *particípio* funciona como predicado do discurso, o *particípio* muda de classe [+Adj] sofre a perda de especificidades sintáticas de adjetivo, apoderando-se de traços [+V], por exemplo:

- a. Eu tinha as cartas escritas quando ele chegou.
- b. Eu tinha escrito as cartas quando ele chegou.

A partir dos estudos analisados, encerramos essa discussão ressaltando que as formações verbais participiais tanto na voz passiva quanto no tempo composto são realizadas através de processos advindos do português arcaico e conservam até hoje alterações semânticas (auxiliarização/gramaticalização). Outrossim, a língua latina nos deixou uma bela herança em relação ao *particípio* passado, haja vista que ele apresenta características que se mantiveram de pé ao longo das transformações que a língua sofreu, enquanto que as outras formas (presente e futuro) foram substituídas ou desapareceram completamente da língua portuguesa. Vale ressaltar também, nossas conclusões sobre verbos que apresentam dois *particípios* (regular e irregular) já que uma

forma não deriva da outra, o duplo particípio é constituído de traços que o radical impõe a essa forma, tanto na questão formal quanto na semântica, tendo, por isso, duas formas distintas em determinadas situações.

2.3 O particípio e a norma

Para embasar nossa análise comparativa, achamos importante mostrar o modo como alguns gramáticos tratam os particípios e as formações verbais, para isso apresentaremos um quadro-resumo, afim de obtermos uma visão panorâmica da abordagem dos gramáticos consultados neste artigo.

Quadro1: Abordagens Gramaticais

	Cunha & Cintra	Evanildo Bechara	Perine
<i>Particípio</i>	Resultado do processo verbal, com características de verbo e adjetivo. a forma regular do particípio deve ser empregada na constituição da voz ativa acompanhada dos auxiliares <i>ter</i> ou <i>haver</i> , e a irregular de preferência nos tempos de voz passiva acompanhada do auxiliar <i>ser</i> ou <i>estar</i> .	o particípio como uma forma nominal que possui valor verbal e valor adjetival, denomina-o de forma <i>infinita</i> , pois não define pessoas do discurso.	O particípio é uma forma <i>verbo-nominal</i> .
<i>Locuções verbais</i>	Ter e haver+verbo principal do particípio	Verbo auxiliar + outro verbo principal	ter + verbo (principal)
<i>Voz passiva</i>	Ser + particípio (voz passiva de ação) estar + particípio (voz passiva de estado)	ser/estar/ficar + particípio	Ser (mais raramente <i>estar</i> + particípio)
<i>Tempo composto</i>	Ter/haver + particípio	Ter/haver + particípio	Ter + particípio do verbo principal

Fonte: (própria, baseada nos autores)

Fazendo uma análise do quadro, podemos perceber que os gramáticos têm opiniões parecidas acerca dos particípios e as formações verbais.

3. A pesquisa

Nesta investigação temos como objetivo verificar o uso do *particípio*. Algumas vezes esse uso se alterna e outras mostra-se como variável. Essa situação é verificada no arranjo adicional das formas de *particípio* quando o emissor faz uma alternância de seu uso na realização de tempo composto e voz passiva (*tinha ganhado/foi ganho*). Logo, o uso das formas numa mesma circunstância (*tinha ganhado/tinha ganho* ou *foi ganhado/foi ganho*) indica uma variação, a qual nos propusemos a analisar.

Após um período considerável de pesquisas em gramáticas e artigos relacionados a nossa temática levantamos a hipótese de que os *particípios* (*regular/irregular*) são empregados respectivamente nas formações de tempos compostos e voz passiva. Nesse sentido, procuraremos investigar se os verbos que constituem a voz passiva ou o tempo composto selecionam a forma de *particípio* determinada pela gramática.

Analisaremos também se *verbos da primeira conjugação são mais propensos a formações com *particípio* regular*, propomos a análise da interferência da conjugação verbal na realização de formações verbais participiais.

Outrossim, apontamos como fatores extralinguísticos relevantes para a análise dos dados o fator escolaridade, pois acreditamos que *quanto mais alto o nível de escolaridade dos falantes, mais propensa será a utilização do *particípio* irregular*.

Para a comprovação dessa hipótese, as entrevistas e os testes foram realizados com colaboradores de todas as escolaridades pois partimos de dois pressupostos: a) *Falantes com um nível mais baixo ou sem escolaridade fazem maior uso do *particípio* regular*; b) *Falantes com um nível mais alto de escolaridade tendem a fazer maior uso do *particípio* irregular*.

Quanto a hipótese *localização geográfica* resolvemos realizar pesquisas com moradores nascidos e criados na região do Baixo Tocantins (zona urbana/zona rural) que não tenham se afastado do município mais de dois anos, pois levantamos a hipótese de que *falantes da zona urbana do Baixo Tocantins fazem mais o uso do *particípio* irregular em relação a falantes da zona rural*.

3.1 Constituições das amostras

Nas entrevistas tivemos como principal objetivo a verificação do uso dos *particípios* na fala espontânea, nela, utilizamos um questionário com algumas questões

que tinham a finalidade de estimular os colaboradores a falarem livremente sobre experiências pessoais, pois acreditamos na afirmativa de Tarallo (1997) que diz que o estudo de narrativas de experiências pessoais demonstra que no momento do relato o falante está tão envolvido emocionalmente com o que relata que presta o mínimo de atenção no como relata. Com os colaboradores bem a vontade, pudemos alcançar contextos fonológicos variados de fala e observar com mais fidelidade o uso dos participios na fala espontânea.

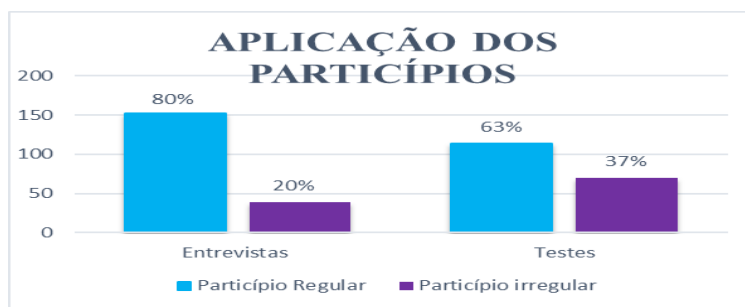
Estas entrevistas foram realizadas de maneira individual, cada uma delas tendo duração média de 50 minutos. Para capturar os áudios de fala que compuseram o corpus da pesquisa utilizamos um celular (Samsung J7 Primer). Os testes, foram aplicados com os mesmos colaboradores das entrevistas, eles serviram para levantar o uso específico do participio irregular. Esses testes foram elaborados com 23 alternativas e foram constituídos de forma a possibilitar respostas com a realização de participios em formações de tempos compostos e voz passiva. Assim, cada questão dos testes possui duas frases, uma contendo a forma irregular e a outra regular do participio em que o falante optaria pela forma que utilizaria se estivesse conversando de maneira descontraída, esses testes foram baseados no modelo utilizado na pesquisa de Silva (2008).

4. Discussão dos resultados

A discussão dos resultados referentes ao uso do participio regular e irregular será dividida em fatores linguísticos e extralinguísticos tanto para os dados das entrevistas quanto para os dos testes.

A amostra dos dados oriundos das entrevistas e dos testes apresentaram 375 ocorrências de participio, das quais 266 foram de participio regular e 109 irregular, conforme mostra o gráfico 1, em termos de percentuais.

Gráfico 1: Aplicação dos Participios (Entrevistas e testes)



Fonte: (própria)

Salientamos que como já esperado o participípio regular é mais utilizado que o irregular pelos falantes da região. O Gráfico 1 mostra que os colaboradores das entrevistas utilizaram mais o participípio regular, enquanto que nos Testes, os informantes utilizaram o regular e o irregular quase que na mesma proporção.

4.1 Discussão dos dados das entrevistas

A amostra dos dados oriundos das entrevistas apresentou 191 ocorrências de participípio, das quais 152 (80%) foram de participípio regular e 39 (20%) irregular. A seguir, são apresentados os resultados, com comentários após cada tabela.

4.1.1 Fatores linguísticos

Tabela 1: Impacto da variável *formação com o verbo* sobre o uso dos participípios

Fatores	Frequência	Regular	Irregular
Ter/Haver	144	110 = 76%	34 = 16%
Ser/estar	47	42 = 89%	5 = 11%
TOTAL	191	152 = 85%	39 = 15%

Fonte: (própria.)

Como já citado nesse estudo, as gramáticas preconizam que o tempo composto é formado com o participípio regular e a voz passiva com o participípio irregular, o que podemos depreender a partir dos dados dispostos na tabela acima é que os falantes do Baixo Tocantins não estão empregando os participípios de acordo com o que é pressuposto pela gramática, posto que o participípio irregular no tempo composto (com

ter e haver) foi detectado 23 vezes na fala dos colaboradores e o particípio regular foi detectado 42 vezes nas formações com a voz passiva (com ser e estar).

Com relação a hipótese por nós levantada de que os particípios *regular e irregular são respectivamente empregados nas formações de tempos compostos e voz passiva*, acreditamos não ser válida a partir do que foi visto nos dados das entrevistas.

Tabela 2: Efeito da variável *conjugação do verbo sobre o uso dos particípios*

Fatores	Frequência	Regular	Irregular
1ª conjugação – ar Dar	111	99 = 89%	12 = 11%
2ª conjugação – er Dizer	48	29 = 60%	19 = 40%
3ª conjugação – abrir Abrir	32	24 = 75%	8 = 25%
TOTAL	191	152 = 80%	39 = 20%

Fonte: (própria.)

A tabela 2 mostra que houve 89% de aplicação do particípio regular e 11% da aplicação do particípio irregular com verbos da 1ª conjugação. Vale ressaltar que a maioria dos verbos regulares do PB é de 1ª conjugação, então, de certa forma, já esperávamos esse resultado.

Verbos de 2ª e 3ª conjugação apareceram em percentual menos elevado, até mesmo para o particípio irregular que aparece mais preponderante nessas conjugações.

Em consonância com os dados apresentados da tabela 2, é possível afirmar que a hipótese levantada nesse estudo a respeito da conjugação do verbo se confirma, pois como visto na tabela acima verbos de primeira conjugação são mais propensos a formações com particípios regular.

4.1.2 Fatores extralinguísticos

Tabela 3: efeito da variável *escolaridade sobre o uso dos particípios*

Fatores	Frequência	Regular	Irregular
Sem escolaridade	43	41 = 95%	2 = 5%
Ensino fundamental	47	43 = 91%	4 = 9%
Ensino médio	52	36 = 69%	16 = 31%
Ensino superior	49	32 = 65%	17 = 35%
TOTAL	191	152 = 80%	39 = 20%

Fonte: (própria.)

Analisando os dados da tabela, é válido ressaltar a baixa aplicação do particípio irregular em todos os contextos, constatamos que em todas as escolaridades a forma preferida foi a regular, confirmando nossa hipótese de que os falantes com um nível mais baixo de escolaridade preferem o particípio regular.

Vale destacar ainda a confirmação de outra hipótese levantada por nós de que quanto mais alta a escolaridade do falante mais preponderante será o uso do particípio irregular, como podemos observar na tabela 3, falantes com nível médio e superior fizeram um uso considerável do particípio irregular em relação aos falantes de nível fundamental e médio.

Tabela 4: Efeito da variável *localização geográfica* sobre o uso dos particípios

Fatores	Frequência	Regular	Irregular
Zona Urbana	93	69 = 74%	24 = 26%
Zona Rural	98	83 = 85%	15 = 15%
TOTAL	191	152 = 80%	39 = 20%

Fonte: (própria.)

Como podemos observar na tabela 4, moradores de ambos os lugares do município (zona urbana/zona rural) fizeram mais o uso do particípio regular. Porém, os moradores da Zona urbana fizeram uso do particípio irregular mais do que os moradores da Zona rural confirmando a hipótese de que *que falantes da zona urbana da região Tocantina fazem maior o uso do particípio irregular e falantes da zona rural preferem a forma regular.*

4.2 Discussão dos Resultados dos Testes de Produtividade

Os testes de produtividade resultaram em 184 ocorrências de participação, sendo 114 regulares (63%) e 70 (37%) irregulares.

4.2.1 Fatores linguísticos

Tabela 5: Impacto da variável *formação* com o verbo sobre o uso dos participípios

Fatores	Frequência	Regular	Irregular
Ter	112	76 = 68%	36 = 32%
Ser	72	38 = 53%	34 = 47%
TOTAL	184	114 = 63%	70 = 37%

Fonte: própria.

Iniciando a análise da tabela 5, retomamos novamente a regra de formação de tempos compostos e voz passiva, que segundo as gramáticas os verbos *ser* e *estar* formam com os participípios irregulares a voz passiva, e os verbos *ter* e *haver* formam com os participípios regulares o tempo composto.

Nos testes, verificamos uma considerável troca da forma regular pela irregular e vice-versa, quanto a formação de tempos compostos e voz passiva de acordo com o que é preconizado pela gramática, conferimos a ocorrência de:

Quadro 2: Troca das formas regulares pelas irregulares e vice-versa

Ocorrência	Participípio Regular	Ocorrência	Participípio Irregular
5	Foram expressados	5	Tinha pago
7	Foi benzido	6	Ter ganho
7	Foi medido	5	Tinha pego
2	Foi fritado	6	Tinha eleito
2	Foi salgado	5	Tinha aberto
5	Foi gastado	3	Tinha coberto
3	Foi suspenso	4	Tinha escrito
3	Foi descoberto	3	Tinha aceso

Fonte: própria.

Diante dos dados supracitados nossa hipótese de que os particípios *regular* e *irregular*, são empregados respectivamente nas formações de tempos compostos e voz passiva, não se confirma, acreditamos que fatores como a considerável ocorrência de particípio irregular, bem como o uso de particípios regulares na voz passiva indicam que os colaboradores dos testes não fazem a distribuição dos particípios determinada pelas gramáticas para formação de voz passiva e tempo composto.

Tabela 6: Efeito da variável *conjugação do verbo* sobre o uso dos particípios

Fatores	Frequência	Regular	Irregular
1ª conjugação – ar Dar	87	43 = 49%	44 = 51%
2ª conjugação – er Dizer	41	29 = 71%	12 = 29%
3ª conjugação – abrir Abrir	56	42 = 75%	14 = 25%
TOTAL	184	114 = 63%	70 = 37%

Fonte: (própria.)

Conforme os dados da tabela 6, a aplicação do particípio irregular com verbos de 1ª conjugação teve um percentual mais elevado do que a dos dados das entrevistas, aparecendo um pouco mais em relação aos particípios regulares com os mesmos verbos. Essa aplicação de particípio irregular contraria a nossa hipótese de que *verbos da primeira conjugação são mais propensos com particípio regular*.

Uma provável explicação para tal fato, seria a de que os verbos coletados nas entrevistas são provenientes da fala espontânea dos colaboradores, à medida que os verbos dos testes foram escolhidos visando uma maior utilização do particípio irregular, e, portanto, são verbos que de certa forma, facilitam esta utilização e favorecem a aplicação do irregular.

4.2.2 Fatores extralinguísticos

Tabela 7: efeito da variável *escolaridade* sobre o uso dos particípios

Fatores	Frequência	Regular	Irregular
Sem escolaridade	46	37 = 80%	9 = 20%
Ensino fundamental	46	33 = 72%	13 = 28%
Ensino médio	46	22 = 48%	24 = 52%
Ensino superior	46	22 = 48%	24 = 52%
TOTAL	184	114 = 63%	70 = 37%

Fonte: (própria.)

Analisando a tabela 7, podemos confirmar nossa hipótese de que *quanto mais alta a escolaridade do falante mais preponderante será o uso de particípio irregular*, observamos que pessoas com escolaridade *ensino médio e superior*, optaram mais pela forma irregular do que a regular do particípio. Destacamos também a confirmação da hipótese de que *quanto mais baixa a escolaridade do falante mais preponderante será o uso do particípio regular*, pois como observa-se na tabela acima, falantes *sem escolaridade e de ensino fundamental* optaram muito mais pela forma regular do particípio.

Tabela 8: Efeito da variável *localização geográfica* sobre o uso dos particípios

Fatores	Frequência	Regular	Irregular
Zona Urbana	91	52 = 57%	39 = 43%
Zona Rural	93	62 = 67%	31 = 33%
Total	184	114 = 63%	70 = 37%

Fonte: (própria.)

Nossa hipótese de que *falantes da zona urbana do Baixo Tocantins fazem mais o uso do particípio irregular e falante da zona rural preferem a forma regular do que a irregular* confirma-se, como exposto na tabela 8, apesar do particípio regular ser preferido nos dois contextos, falantes da zona urbana, nos testes de produtividade optaram mais pelo particípio irregular em relação aos moradores da Zona Rural do município.

Conclusão

Nesta pesquisa, procuramos verificar se o falante do baixo Tocantins emprega o particípio no tempo composto e na voz passiva de acordo com as normas recomendadas

pela gramática, segundo a qual com o tempo composto deve ser usado o particípio regular e com a voz passiva deve-se usar o particípio irregular.

Focalizando nas hipóteses por nós levantadas e baseando-nos nos resultados da análise quantitativa realizada, apresentamos nossas conclusões.

Quanto a incumbência de verificar qual a forma mais preponderante dos particípios em formações verbais, concluímos que são as formas regulares.

Nos remetendo as recomendações de uso preconizadas pelas gramáticas consultadas, podemos verificar que nos testes, os colaboradores da pesquisa utilizaram mais à regra de formação do tempo composto e voz passiva do que os colaboradores das entrevistas, os quais alternaram com mais frequência as formas regulares e irregulares.

Com relação à influência de fatores linguísticos e extralinguísticos na escolha do falante pela forma de particípio em situações de fala, e com base nas hipóteses lançadas, chegamos as conclusões que seguem:

“Na fala espontânea, verbos de 1ª conjugação são mais propensos a formação com o particípio regular”

“Falantes com um nível mais alto de escolaridade fazem maior uso do particípio irregular”

“Falantes com um nível mais baixo de escolaridade preferem a forma regular do particípio”

“ Falantes da Zona Urbana utilizam mais o particípio irregular em relação aos falantes da zona rural do município”

Por fim, em conformidade com os dados coletados neste estudo, questionamos os preceitos da GT para formação de tempos compostos e voz passiva baseando-nos em fatos de que a gramática falada tem suas próprias regras, as quais não merecem ficar em um plano secundário e sim destacadas á um plano em que podem ser vistas e valorizadas, pois segundo Calvet (2002) os falantes não se sentem questionados em seu modo de falar, quando consideram sua norma a norma. Ao contrário, há insegurança linguística quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizador e têm em mente outro modelo, mais prestigioso, mas que não praticam.

Para Bagno (2008) a gramática ideal buscaria identificar a língua usada pelos falantes e descrevê-la de forma clara e objetiva com critérios teóricos metodológicos coerentes.

Concordamos com a postura de Bagno e acreditamos que a verdadeira gramática deve ser viva e conseqüentemente flexível e dinâmica ao ser capaz de registrar a variabilidade da língua e as tendências evolutivas das regras gramaticais, assim, consideramos necessário, no mínimo, que elas admitam a maneira de como estão sendo construídos os tempos compostos e voz passiva no português falado. Luft afirma que: “só as línguas mortas são retratadas num *corpus* fechado de regras. Portanto, o livro gramática deveria sempre estar sendo revisto e atualizado, como todo bom dicionário.” (LUFT, 2000, p. 22).

Contrapondo a ideia que os gramáticos defendem de que a língua falada deve seguir o molde da língua culta erudita, julgamos que em qualquer categoria de língua constitui normas e regularidades advindas do uso, e não o contrário, nessa vertente, inferimos padrões de regularidade na caracterização de novas formas verbais na língua falada.

Camara Jr. (1970) frisa, que a gramática normativa tem procurado, sem grande resultado, regulamentar o emprego de uma forma ou de outra. Na realidade, a tendência do uso linguístico é ampliar o emprego do padrão e não mais limitar as construções de ativas e passivas a determinadas formas de participios regulares e irregulares.

Em outras palavras, o uso é quem vai guiar a gramática na sua concepção, e esta, por sua vez, tem como papel principal antes descrever a língua falada do que impor normas baseadas em utopias de língua.

Referências

ALMEIDA, Erica Souza. **A formação de perífrases verbais no português: um processo diacrônico**. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa – Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas. 2006. 205f. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Disponível em <http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/AlmeidaES.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2018.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Preconceito linguístico: O que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CALVET, Louis-Jeans. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Traduzido por Marcos Marcionilo, São Paulo: Parábola, 2002.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

COELHO, Sueli Maria. **Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens ter, haver, ser, estar e ir na língua portuguesa**. Belo Horizonte, Faculdade de letras da UFMG: 2006. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-6PGGWS> Acesso em: março 18, 2018.

COSTA, Vera Lúcia Anunciação. **A importância do conhecimento da variação linguística**. **SciELO, Educ. rev.** n.12 Curitiba Jan./Dec. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100005>. Acesso em: fevereiro 23, 2018.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Breve Gramática do português contemporâneo**. Lisboa: Joao Sa de Costa, 1999.

DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. **Syntaxe histórica portuguesa**. 3ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1953.

LOBATO, Lucia. **Sobre a forma do participípio do português e o estatuto dos traços formais**. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. 1, Feb. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244501999000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 de março de 2018.

m, Celso Pedro. **Língua e Liberdade: por uma nova concepção de língua materna**. São Paulo: Ática, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. Vitórias de Ter sobre haver nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. (orgs). **O português quinhentista**. Estudos lingüísticos. Salvador: EDUFBA/UEFS. 2002b. p. 143-160.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa**. 9ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1989.

PERINI, M. A. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. **The two participles and the analysis of passives**. In: Brazilian Portuguese article, 2009.

SILVA, Inaciane Teixeira. **O uso do participio em formações verbais no Sul do Brasil.** Dissertação de mestrado em teoria e análise Linguística. Porto Alegre, 2008. 94f. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/...>letras>, acesso em: 28 de janeiro de 2017.

SOUZA, Mariza Mencialha de. **Formas Verbo-nominais Latinas Ressonâncias em Português.** In: VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Cadernos do CNLF, série VII, n.11, Morfossintaxe, [s.d]. Disponível em: www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno11-08.html> Acesso em: 12 de março de 2018.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sociolinguística.** São Paulo: Ática, 1997.

TORRES, Azevedo Ferreira. Na pista do Prof. Azevedo Ferreira: **os verbos ter e haver em dois cartulários nortenhos.** *Revista Portuguesa de Humanidades.* Braga: Faculdade de Filosofia. Vol. I, 1997, p. 337-351.

Sobre as autoras

Héllen Carla Cordeiro Cardoso

Formada em Letras com habilitação em língua portuguesa pela Universidade Federal do Pará, pós-graduanda em práticas de letramento e escrita para educação básica na Universidade Federal do Pará. E-mail: hellen.fhb@gmail.com. Orcid: 0000-0002-4248-6243

Denise Ramos Cardoso

Mestra em Linguística: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Língua Portuguesa: uma abordagem textual, pela Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Inglesa pela Universidade da Amazônia - UNAMA, tendo experiência em docência superior nas referidas instituições de ensino: Instituto de Educação Superior e Serviço Social do Brasil, Instituto de Ensino Superior do Pará, Universidade Estadual Vale do Acaraú, onde atuou principalmente nos seguintes temas: Ensino-aprendizagem de LP, Gênero Textual; Produção Textual; Sociolinguística e Avaliação. Atualmente exerce como pesquisadora do Grupo GeoLinTerm. Atualmente é professora da UFPA. E-mail: dcardoso2005@hotmail.com. Orcid: 0000-0001-9071-0388

Recebido em: 21/10/2018

Aceito para publicação em: 18/11/2018